ATA DA *SEGUNDA* AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROJETO DE LEI nº 134/2026 – "ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2027 (LDO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio do ano de 2026, às 18 horas e 45 minutos, na Sala de Comissões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniu-se a Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária, presidida pelo vereador Matheus Moreno, para realização da PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA referente ao Projeto de Lei nº 134/2026, que "Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2027 (LDO) e dá outras providências", de autoria do Executivo Municipal. O vereador Matheus Moreno, presidente da Comissão Permanente e que presidirá também essa audiência pública, a declarou aberta informando, em seguida, que isso cumpre os deveres regimentais e tem por finalidade debater o conteúdo da LDO 2027, em tramitação nesta Câmara Municipal. Dando continuidade, Matheus Moreno destacou que esta audiência é a segunda, e última, já que a primeira foi realizada no último dia 12 de maio, neste mesmo horário e local, seguindo agenda publicada no Diário Oficial do Município. Relembra que essa audiência pública será gravada e transmitida ao vivo pelas plataformas digitais da Câmara Municipal, e integrarão o processo legislativo do referido Projeto de Lei nº 134/2026. Destacou que essa audiência tem por objetivo coletar contribuições da sociedade civil, associações representativas, vereadores e demais interessados, em conformidade com os artigos 230 a 232 do Regimento Interno da Câmara Municipal, garantindo transparência e participação popular no processo de elaboração e aperfeiçoamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Projeto de Lei nº 134/2026, protocolado pelo Poder Executivo e distribuído a todos os vereadores, encontra-se disponível no portal eletrônico da Câmara para consulta e *download* por qualquer cidadão, destacando que o prazo final para apresentação de emendas termina em 15 de maio de 2026. O presidente da Comissão de Finanças ainda destaca a importância da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), um instrumento de planejamento anual que define as metas, prioridades e regras fiscais para a elaboração do orçamento do governo municipal para o ano seguinte. Ela conecta o plano de longo prazo com o orçamento municipal (LOA), que será elaborada pelo Executivo Municipal e apreciada por essa Casa Legislativa ainda este ano. Aponta que formulários para sugestões foram distribuídas e estas também podem ser enviadas pelos canais oficiais, e pelas redes sociais, e todas as contribuições integrarão o processo legislativo do Projeto de Lei nº 134/2026. Dando início às falas, Paulo Queluz (MBL), se manifesta do minuto 4:30 a 10:05, apresentando sugestões, especialmente ligada aos problemas enfrentados com a empresa que presta serviços de iluminação pública na cidade. Já Pedro Rangel (MBL) também fala do minuto 10:45 a 15:50, pedindo melhorias na gestão do NGA da Rua Minas, ligado a pasta da Saúde. Fala também do tratamento dado ao lixo na cidade, acúmulo em diversos bairros de Ribeirão Preto, e problemas nos ecopontos. Matheus Moreno fala da necessidade de realização de uma campanha alertando para o descarte irregular de lixo e entulho. Em seguida, Édie Maria Fernandes, do Conselho Tutelar, fala do minuto 17:08 a 22:47, destacando a importância do Conselho Tutelar, com uma função de assessorar o Poder Executivo nas políticas públicas para crianças e adolescentes. Pede a criação de novos Conselhos, sendo o último criado em 1993, e a luta é também para que as políticas públicas para crianças e adolescentes seja prioridade. Cita que não há contratação de assistentes sociais e psicólogos nas escolas, é importante, e isso precisa ser colocado no orçamento. O Conselho Tutelar não existe para punir mas sim garantir os direitos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente. Matheus Moreno garante que será proposta uma emenda, desta Comissão, acolhendo as reivindicações do Conselho Tutelar, especialmente criação de mais conselhos e contratação de psicólogos e assistentes sociais. Em seguida, Luciana Paschoallin, representante do CMDCA, fala do minuto 23:44 a 28:02, trazendo solicitação e demandas do CMDCA, especialmente aumento no repasse de recursos por parte da

Prefeitura Municipal. Sobre o valor, Luciana fala que o mínimo é o dobro, que seria R$ 414 mil. Ao final, o vereador Matheus Moreno diz que os gabinetes dos membros da Comissão Permanente de Finanças permanecem à disposição da população para o recebimento de sugestões adicionais. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 134/2026 – LDO (2027), às 19h14. A íntegra dessa reunião encontra-se gravada em mídia áudio visual, e faz parte da presente ata, na forma da Resolução n. 46/18. Link de acesso ao youtube: https://www.youtube.com/watch?v=UQD0LeVXbaw Eu, Fernando Silvério Borges (_____) servidor designado, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos vereadores presentes na reunião, sendo a lista de presença documento integrante da respectiva ata.

MATHEUS MORENO
Presidente da Comissão Permanente